O NOSSO TEMPO E O TEMPO DOS OUTROS

Eduardo Lourenço

Quando se instalaram nas suas margens os gregos, inventaram-se deuses. É um acontecimento sem precedentes na história da humanidade. E ainda não terminou. Holiwood recicla nos seus ecrãs as aventuras da raça naturalmente celeste. De todas a única história infinita, do nosso tempo de vista, é a de Ulisses. Por sua causa o Mediterrâneo tornou-se um mar diferente, o único que é finito e sem fim. Ao contrário dos argonautas, Ulisses não busca nenhum velo de ouro, navega apenas para regressar a um porto que conhece e o conhece. E que não pode encontrar sem descobrir errando entre monstros e sereias, a forma do seu rosto que é o rosto humano. Entre o mundo exangue dos mortos e o paraíso de sonho do esquecimento, deve encontrar a passagem estreita para aquela ilha onde será de novo o rei de si mesmo. Não apenas um herói que os deuses perdoaram mas um deus, um homem coroado pela sua audácia, olhando o sol de frente sem morrer. Durante um milhar de anos, o Mediterrâneo foi o palco da ópera humana que por comodidade chamamos história, do ponto de vista europeu. Não se exclui que o não continue sendo, todos os heróis do ocidente cruzaram as suas margens, tão familiares como fantasmas de feitos na sua luz excessiva, negra de tão branca. Heróis a sério e da imaginação – uns alimentando a outra, nenhum igual a Ulisses o herói do mistério claro como um templo grego devorado pela luz onde as suas colunas se recortam. O que os outros buscam – ouro, glória inteligência – é o que ele deve perder para ser quem é, pura errância num mar mais conhecido e de súbito oculto, enigmático na sua circularidade divina de labirinto sem saída. O que Ulisses inventou foi a primeira viagem no tempo, onde ninguém viaja para sítio algum que não seja um regresso, assumido e aceite como um nascimento. Mas a sua errância é ainda criadora de futuro ou no melhor dos casos, pelo menos para nós europeus, uma viagem da pura nostalgia.

Pela primeira vez, enquanto actores culturais os europeus se encontram confrontados, não só do interior mas do exterior, com uma temporalidade própria, digamos, finita. E isto não pode ser indiferente para a relação que temos com a história como cultura ou a cultura como história, a nossa e a dos outros, agora percebida e vivida como não só diversa nas suas manifestações mas como suficientemente outra para não permitir pensar a cultura como um conceito unívoco e universal onde a pluralidade das culturas a si mesma se compreende e se transcende. Cultura já não quer dizer explicita ou implicitamente Europa como o era sob a forma hegeliana do Espírito e esta consciência da intrínseca finitude da nossa cultura nada tem que ver com a famosa constatação desabusada de Valéry de que «nós, as civilizações, sabemos que somos mortais». Esta mortalidade geral era, ao fim e ao cabo, consoladora para um grande europeu estilo Valéry. O que nos aconteceu, o que nos acontece, é bem mais radical e mais interessante, mortais ou não, nós europeus não nos imaginamos já como culturalmente paradigmáticos. E isto tem as suas consequências quanto o nosso destino cultural de europeus confrontados com outros destinos tão convencidos como o nosso o foi de que a ele e a ele só cabiam a vocação da universalidade e a gerência do sentido da aventura humana. Os outros não só nos interpelam como sempre o fizeram, como nos julgam e nos contestam sem ter para connosco aquele reflexo de compaixão, de equidade ou de remorso que os europeus inventaram nos Persas de Esquilo e um dia os levaram a redigir os Ensaios ou as Cartas Persas. A cultura europeia que julgava o mundo está em julgamento e não podemos continuar os nossos jogos culturais como se estivéssemos sós no mundo. O mais lúdico dos prazeres humanos converteu-se em jogo de vida e morte, não porque estejamos à beira de ser submersos por uma barbárie mais inquietante do que aquela que nós mesmos inventamos, mas apenas por uma rasura insensível e invisível da nossa imaginária identidade. Ao menos devemos saber de que é que estamos doentes e se, condenados à morte, saímos de uma História que julgávamos nossa, de olhos abertos ou se já feridos de um sonambulismo incurável.
Desde que tiveram consciência de si, os europeus – Heráclito ou Hesiodo – viveram na convicção de que o seu tempo, o do seu trabalho, o dos seus dias, tanto como o dos seus sonhos, era partilhado por toda a humanidade. O encontro com outras culturas, após um instante de perturbação, como quando se

confrontaram com o novo mundo, não abalou a sua convicção de serem «os senhores do tempo». O que os confirmava, fossem Péricles ou Alexandre, os europeus paradigmáticos na ordem da vontade de poderio e ordem incomparáveis, na convicção de serem também os senhores da história. Aliás a história nunca foi para nós outra coisa que a metamorfose lenta/lenda mas bem sucedida do mesmo tempo particular de gregos, romanos e cristãos num tempo virtualmente universal. Aqueles que primeiro mediram o nosso planeta deram-lhe, para fins práticos, a sua hora exacta. Todos os aeroportos do mundo nos confirmam nessa crença de um tempo único. O tempo europeu não só continua a medir, aparentemente sem oposição, o ritmo abstracto da mudança cósmica herdada de Babilónia, mas confere uma orientação precisa a uma viagem que sem esta escanção de tempos, seria vivida como escoamento intemporal ou eterno retorno. O nosso tempo foi tempo de César em lembrança da primeira Europa imperial, em seguida tempo de Deus ou mesmo tempo promessa de salvação e guerra do tempo no coração do homem. Esta temporalidade viva deu ao destino europeu a figura felliniana de uma *nave chiva*... Foi sempre como um barco que o imaginário europeu se representou o seu destino viajante - barco de Noé, barco de Ulisses, nau dos loucos, nau redentora de Colombo – levando a bordo a humanidade inteira. Mas agora que o tempo europeu se tornou ao mesmo tempo universal e finito, agora que já não sabemos se a nau mítica possui ainda o desejo e a força de continuar a sua errância, temos o tempo todo para examinar a ficção gloriosa que fez da Europa uma espécie de D. João da História, o seu conquistador indigente.

Pela primeira vez desde que os Europeus assumiram o destino de mediadores entre outros povos e continentes, a Europa de Marco Polo toma consciência do seu espaço finito. Todas as naves europeias voltam ao porto. Simultaneamente o seu tempo abstractamente universal, inscrito em todos os relógios do mundo, tornou-se de uma temporalidade encolhida, cortada, por assim dizer, do élan irresistível das épocas em que se julgava responsável pelo futuro. Como se a Europa sofresse de uma espécie de anemia, pelo simples facto de já não crer num futuro que fosse, de algum modo, senão o acabamento do seu sonho conquistador, pelo menos do seu papel de sedutora entre os demais culturas.

Os europeus viveram ainda o fim do século e sobretudo o fim do segundo milénio depois de Cristo, com a ideia de que esta data comportava uma carga simbólica particular. Na verdade só para nós europeus da Europa, o conceito de «fim de século» ou de «fim de milénio» tem essa ressonância única. Nós sentimos bem que esses marcos não têm o mesmo sentido para as grandes culturas não-europeias - China, Japão, Índia, Islão – ou não evocam ou não enquadram os mesmos valores, fantasmas, os mesmos devaneios, esperanças ou nostalgias. Não é muito diferente o caso das culturas que retomaram à sua maneira, a herança de um modelo europeu, como os Estados Unidos ou a América Latina. O que significa um milénio – um milénio de memória – para quem só existe há quinhentos anos? Na realidade só a referência ao tempo da cultura europeia está impregnado de uma inquietação de consonância trágica pelo facto de a nossa cultura ter assumido e bem cedo o papel de Sibila e de Cassandra da aventura humana. Nós nascemos, interrogando a esfinge que desconfiávamos tinha só o nosso rosto.

Todas as culturas, salvo a nossa, existem em função de uma resposta, de uma crença ou discurso mítico, fonte de uma familiaridade com o tempo que os europeus desde Heráclito e Pindaro, mas sobretudo desde S. Agostinho, nunca conheceram.

Paradoxalmente, o fim do segundo milénio, esvaziado de antemão da sua dimensão sagrada, na medida em que a Europa já não se vive como cultura crística, está em vias de dissolver a sua temporalidade trágica num outro tipo de temporalidade ligada a culturas que nunca tiveram a necessidade de dramatizar a sua relação com o tempo, como se elas não fossem para lado nenhum. À semelhança do antigo Egipto, a China, a Índia, o Japão, o Islão fundamentalista, aderem ao seu eterno presente ou ao essencial/imemorial dele, que se renovam naturalmente, mas sem nunca afivelarem a máscara que a nossa cultura revestiu tão cedo: a de Édipo, de esquiliana ou freudiana evocação.

Tudo se passa, nesta aurora de outro milénio, como se nós também tivéssemos renunciado a ir para qualquer lado, talvez porque outros, nossos herdeiros, para aí vão em nosso lugar. Esta visão releva talvez de um olhar demasiadamente contagiado por um presente europeu particularmente hamletiano, assaltado pelos demónios da abdicação e da impotência no momento em que nós julgávamos realizar o grande sonho comunitário.

Seja como for, a Europa não vive o seu tempo próprio com aquela paixão inquieta e inquietante, poderosamente aspirada pelo futuro que parecia deportá-la para além de si mesma no momento em que marcava com a sua inquietação febril o ritmo mesmo da história.

Esta espécie de psico-drama da cultura europeia, a melancolia que dela se exala, são por assim dizer a sombra fatal da ilusão europeia por excelência: a de se identificar com uma temporalidade que relevava quer de uma Fé de alcance universal, quer da universalidade mesma da razão, podia dar conta de tudo, mesmo do mistério ou do enigma da história. Em todas as outras culturas, o tempo dos homens é o tempo de Deus ou dos deuses. Só a cultura europeia pretendeu que o tempo de Deus fosse o tempo dos homens. Quando este desafio prometaico perdeu a sua razão de ser, o homem tendo-se tornado para si mesmo um fardo mais pesado do que Deus, a nossa sede pareceu extinguir-se. Também nós, como as culturas extáticas, estamos vivendo o nosso presente como se não fosse para parte alguma. Como personagens de Herman Hesse aspiramos ao repouso, o repouso do sonho, durante o qual anjos à moda de Wim Wenders se encarregariam das nossas tarefas sobre-humanas, ou como o de Buda, sonho de pálpebras fechadas, inacessível ao sofrimento que o aguilhão vivo do tempo inflige aos nossos corações de carne e sangue. Mas aquilo que no Oriente releva de uma funda sabedoria, de uma experiência vivida, no Ocidente em particular nesta Europa esquecida dos seus próprios sonhos de absoluto, não passa quase sempre de uma mera fascinação lúdica. Bem significativo, todavia, de uma deriva profunda de uma incapacidade de assumir o tempo como essência do ser.

De continente sedutor – com o que há de demoníaco ou perverso em toda a sedução – a Europa transformou-se num continente seduzido. De certo, o espectáculo da nossa cultura – ou da nossa cultura convertida em Espectáculo – não parece muito diferente daquele que nós evocamos sempre com júbilo, o de todas as grandes épocas criadoras do passado europeu: tempo das catedrais, do renascimento, da festa barroca, do romantismo – apesar da sua essência doentia – ou do élan nunca realmente terminado do conhecimento objectivo do mundo, com os seus frutos ao mesmo tempo mágicos e inquietantes. As mudanças e as metamorfoses da sociedade europeia, em todos os domínios, são vertiginosas. As da cultura também, mas não da mesma vertigem. Poder-se-ia mesmo supor que existe um laço profundo entre uma mutação, tão rápida que se nos torna indiferente, e o sentimento de tempo suspenso que na ordem do sentido e do símbolo, caracterizaria a nossa relação com a História enquanto história europeia. Mas esta observação é demasiado genérica. Se comporta alguma verdade, devia aplicar-se a outras culturas tão dinâmicas ou mais que as da Europa.

Ora, nós sabemos que essas culturas não ressentem nada que possa comparar-se à nossa melancolia histórica. Elas relevam de uma outra temporalidade que nenhuma tragédia empírica – mesmo a de Hiroxima – é capaz de afectar. São culturas que por razões opostas não podem "pecar", como a cultura europeia, cultura de culpa e culpabilidade. Não acudiu à ideia de nenhum japonês, nem de nenhum americano (apesar da herança cristã) imaginar que a sua cultura, apesar dos horrores de que os seus países se tornaram culpados tivesse que tomar em conta uma mancha indelével como a que Auschwitz deixou na consciência europeia. Mesmo o Vietman não foi peripécia que turvasse a sério a imagem da América como pátria da liberdade. A nossa má consciência significa que, apesar de tudo, o essencial da nossa cultura, o seu enraizamento ético, cujos referentes são Sócrates e o texto bíblico, foi preservado. Por quanto tempo? É sobre esta linha invisível e precária que o destino europeu, suspenso da ideia de liberdade de escolha, de responsabilidade e de salvação, parece hesitar, e tentado também ele por um destino pragmático, típico de uma cultura de indiferença. E pior do que isso, pela indiferença como cultura.

Temos razões para crer que a nossa estranha hesitação diante do futuro tem a sua fonte no coração mesmo do que foi uma cultura, animada ao mesmo tempo pelo desejo insaciável de que nós chamamos verdade, e a necessidade não menos imperiosa de clarificação da nossa acção, tanto pública como privada, a tentação niilista é inseparável do jogo profundo do pensamento europeu. Ela é para esse pensamento aquilo que Mefistófeles é para Fausto. Ele tem de viver com ela pois é ela que o faz viver, com a condição de ser o nosso demónio e não o dos outros. O Diabo faz parte, é um actor essencial do que na Europa chamamos e se chama cultura. O nosso outro não é esse Diabo, mas o caos. E é esse efectivamente aquele que nos ameaça.

A exigência do sentido está muito enraizada na nossa cultura, a temporalidade que lhe é própria demasiado ambivalente para que, mesmo nos momentos em que duvidamos do nosso futuro, nós aceitemos como irremediável esta pulsão lúdica e niilista, fonte de sedução de cor sombria. Se esta situação nos impressiona tanto, é porque nos parece contrária à vocação esquecida, mas sempre presente no inconsciente cultural da Europa, a da luta pela imagem essa que é representada pela imagem do barco

que mesmo bêbado nunca perdeu a esperança de chegar, como dizia Pessoa, a uma "espécie de porto ao sol".

Há cem anos, a Europa, sob a insígnia "fim de século" teve consciência de um tempo crepuscular que, à primeira vista, apresenta analogias com a temporalidade cinzenta de hoje. Mas o sentido e o conteúdo desta "depressão" de que o chamado simbolismo foi a flor preciosa e mórbida, eram, muito diferentes. A Europa dos fins do século XIX era ainda, efectivamente, a rainha do mundo. A City impunha o seu padrão de ouro em toda a parte. Durante um século, os europeus tinham alterado, como os homens jamais o haviam feito, os nossos conhecimentos a respeito da natureza, da vida, da história.

Ao mesmo tempo tinham decidido desembaraçar-se de crenças milenares, substituindo-as por sonhos e mitos que foram os nossos durante um século. Uma grande perturbação espiritual invadiu então os espíritos, *as consciências*, mais delicados ou proféticos, os Gaugin, os Rimbaud, com a tentação de abordar essa Europa audaciosa e impiedosa com a sua própria herança. Pensou-se que chegara "o fim do mundo", como um século mais tarde se falaria no "fim da história". Erradamente, pois ao contrário do que se passa hoje, a Europa era então o sujeito de todas essas revoluções e rupturas históricas e culturais justificadas pela convicção de inventar assim um futuro com as cores europeias.

Sabemos qual foi o resultado deste inédito questionamento do passado. Ele não contribuiu pouco para lançar a Europa em aventuras de que perdeu o controle e onde correu o risco de ficar sepultada, arrastando o mundo consigo. Antecipando a catástrofe ou prolongando-a, a cultura europeia tornou-se um jogo de massacre e após o massacre, real e simbolicamente, um jogo menos inocente que o das pérolas de vidro de Herman Hesse. Atravessando o Atlântico, esse jogo dadaísta ou surrealista, seduziu uma América que nunca fez depender o seu papel no mundo do destino ou do brilho da sua cultura. A tudo acrescentou um suplemento de violência, mas também de audácia conquistadora que o seu cinema exportou para o mundo. A sedução acabava de mudar de campo. Foi assim que a cultura europeia perdeu a chave do seu niilismo ainda prometaico para se tornar numa cultura pouco a pouco fascinada por um novo niilismo, um "niilismo lúdico", baptizado à pressa de post-modernismo, última pirueta de uma cultura que já não faz história, mas recicla a história que deixou de fazer. No contexto da cultura americana, ainda impregnada da temporalidade senão feliz pelo menos épica, na sua maneira simplista de se referir ao seu passado e à história, essa expressão de niilismo não afecta em nada o sentido conquistador próprio dos Estados Unidos. É bem diferente o que se passa com um continente que viu nascer Dante, Camões, Cervantes, Shakspear, Pascal, Kafka ou Becket, heróis de uma cultura que revisita periodicamente o inferno da condição humana para melhor contemplar o sol e as estrelas.

É por comparação com a temporalidade inocente que supomos ser a da América, que a da Europa parece, senão infeliz, pelo menos incerta. Os europeus lembram-se com excesso que no próprio dia em que abordaram o Novo Mundo começaram a envelhecer. Foi um europeu – Vico – que imaginou o processo histórico como uma espiral feita de *corsi e ricorsi*, de avanços e regressos. Esta imagem quadra bastante bem com a necessidade da cultura europeia de voltar periodicamente sobre os seus passos. Semelhante reflexo era fácil quando o seu espaço-tempo simbólico se confundia com o espaço-tempo da história universal. Agora que o seu tempo específico a alcançou, essas tentações de retorno não a renovarão. A nossa cultura europeia – uma entre outras – encontra-se agora confrontada com os mesmos desafios que o conjunto da comunidade humana, mas não os pode vencer por nenhuma tentativa de regressar simbolicamente sobre si mesma como o fez no Renascimento e no Romantismo. Também não se pode contentar com o papel de consumidora ou recuperadora de culturas vindas de algures, unicamente para ter a ilusão de que conserva ainda a antiga hegemonia sobre o futuro. Tanto mais que ela guarda intacta a sua capacidade de invenção e renovação. Nem se vê quem a tenha mais, América inclusa. Como já não estamos como actores da História enquanto políticos no centro do mundo, imaginamos que como cultura fomos retirados da mesma história. Mas somos nós que nos retiramos fantasmando em excesso a sedução alheia e enegrecendo inconsideravelmente o nossos próprio rosto. Não nos espantemos que seja agora de fora que a imagem finita de nós mesmos nos seja apresentada. Olhemos para ela com a mesma audácia com que durante séculos em família, dilaceramos o rosto universal que nos supúnhamos. Assim entraremos de pé no tempo dos outros.